

A RESPOSTA DA ESQUERDA À DESAGREGAÇÃO EUROPEIA: DEMOCRACIA

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL 26/3/2017



Quando se assinalam os 60 anos do Tratado de Roma, os chefes de Estado europeus reuniram-se para afirmar a divergência e o securitarismo como política oficial da União Europeia. Os cinco cenários propostos por Jean-Claude Juncker para o futuro da Europa estão reduzidos a um: uma Europa a diferentes velocidades que troca a coesão pelas políticas securitárias e pelo militarismo. A Europa Merkel é cada vez mais uma Europa Trump.

A Cimeira de Roma de 25 de março de 2017 oficializa o fim de qualquer projeto de uma Europa da convergência.

Não existe nenhum plano de reforma da união monetária ou dos tratados europeus capaz de responder às necessidades da população. A reestruturação das dívidas públicas da periferia do euro, o investimento público ou o controlo público dos setores estratégicos da economia são liminarmente recusados e perseguidos. Objetivos enunciados como fundadores do “projeto europeu”, como o pleno emprego, a coesão social ou os direitos ambientais, são explicitamente abandonados. A austeridade permanece como a única política da União Europeia.

Os chefes de Estado encontraram na política dos muros o único espaço de reforma da União Europeia. Anuncia-se a afetação dos diminutos recursos que existiam para as políticas comuns às políticas de segurança e fronteiras e o reforço da directiva do retorno impondo a permanência de imigrantes e refugiados em campos de detenção até ao seu repatriamento, mesmo no caso das crianças e menores não acompanhados.

A União Europeia festeja os 60 anos do Tratado de Roma com uma demonstração de irresponsabilidade e cinismo. A Europa esquece a sua própria história; os refugiados europeus do século XX procuraram asilo em todo o mundo e agora, no século XXI, a Europa apenas oferece fronteiras fechadas e campos de detenção àqueles que tentam escapar da guerra ou da fome. A UE reafirma hipocritamente as conquistas da democracia liberal enquanto oficializa uma política de rejeição das convenções internacionais sobre direitos humanos.

A esquerda tem a responsabilidade de responder ao processo de degradação da União Europeia com a rejeição dos tratados europeus e pela construção de uma alternativa que responda às necessidades da população. Rejeitamos o “centrismo”, que coloca a política de manutenção do status quo europeu como a barricada contra o crescimento da extrema-direita na Europa. Esse “centrismo” corresponde de facto à capitulação da social democracia ao neoliberalismo e à radicalização da direita conservadora, que responde à extrema-direita com uma deriva crescentemente racista e militarista. É nesta dupla capitulação, que legitima a xenofobia e degrada a economia, que a extrema-direita encontra o espaço do seu crescimento.

O Bloco de Esquerda disputa em Portugal uma maioria social que rompa com a política europeia da divergência e do ódio. Só por interromper o ciclo do empobrecimento, o programa de governo do PS, negociado com a esquerda, confrontou os dogmas de Bruxelas. Por isso, as instituições europeias, da Comissão ao BCE e até à OCDE, nunca cessaram de ameaçar e chantagear Portugal, mais ou menos explicitamente, desde que se iniciou a presente legislatura. Mas a aliança do Partido Socialista à esquerda não interrompeu o seu curso “centrista”, nem a sua subordinação às regras do euro e dos tratados europeus. É essa subordinação que mantém intactos os problemas de fundo do país - o desemprego de massas e a sangria dos juros da dívida.

Para recuperar a capacidade democrática do nosso país sobre a economia e a finança é urgente preparar o país para o cenário de saída do euro ou mesmo de fim do euro. António Costa, ao afirmar que Portugal deve ficar no pelotão da frente de uma Europa a várias velocidades, parece querer esquecer o que significou essa política na entrada de Portugal no euro: empobrecimento, endividamento, privatizações. Do mesmo modo, colocar os Açores ao serviço da política securitária, no âmbito da NATO ou da União Europeia, como propõe Santos Silva, apenas alimenta a lógica política que estrangula o nosso país e atenta contra a paz na Europa e no mundo. Ao invés de querer ficar na linha da frente

de um projeto sem rumo, este é o tempo de defender a economia e a soberania popular. A reestruturação da dívida soberana, o investimento público e o controlo público da banca e dos setores estratégicos da economia são certamente parte desse caminho. O esforço para parar o empobrecimento do país não pode ser desbaratado pela incapacidade política de proteger Portugal dos choques externos e da degradação europeia.

Na Europa, o Bloco não desiste da aliança com todas as forças de esquerda que lutam por uma ruptura com os tratados europeus e pela construção de uma nova cooperação que sirva os interesses das populações e que proteja a democracia e os direitos sociais, económicos e ambientais. O fracasso dos tratados e das instituições da UE não é o fracasso da Europa e das suas populações. O sinal mais forte dado pelos povos em toda a Europa é a sucessiva perda eleitoral dos partidos da alternância europeia; tudo está em aberto. A esquerda, em cada país e na Europa, deve ser a resposta que rejeita o medo e a política do ódio. Este é o tempo da construção da alternativa, da cooperação democrática entre Estados, de resgatar a soberania popular.

O Bloco de Esquerda acolhe em Lisboa a 19, 20 e 21 de Outubro a cimeira do coletivo europeu Plano B, reunindo partidos de esquerda, ativistas sindicais, feministas, dos direitos humanos e do ambiente, com o mote "Entre responder ao povo ou salvar o euro a escolha é clara: escolhemos o povo."